

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.496.155 - PR (2019/0123490-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : LUK - INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS - EIRELI - EPP
ADVOGADOS : MARCOS ANTÔNIO PIOLA - PR013574
EUSTÁQUIO DE OLIVEIRA JUNIOR - PR026255
AGRAVADO : BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL
ADVOGADOS : PRISCILA BERNARDINO DA FONSECA - PR029208
JANICE KELLER ARAÚJO - PR014003

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por LUK - INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS - EIRELI - EPP contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO – CONSTRIÇÃO JUDICIAL – IMPRESSORA FLUXOGRÁFICA - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – ALEGADO CONTRATO DE COMPRA E VENDA – EMPRESA TERCEIRA À RELAÇÃO PROCESSUAL – SENTENÇA PROCEDENTE – ALEGAÇÃO DE FRAUDE – PROVA PERICIAL DEMONSTRA QUE HOUVE ALTERAÇÃO NA IMPRESSORA APREENDIDA – FABRICANTE DIVERSO DO ALEGADO – AUSÊNCIA DE ANÁLISE EM SENTENÇA DA PROVA DOCUMENTAL ANEXADA AOS AUTOS – E-MAIL COORPORATIVO DEMONSTRANDO QUE HOUVE AQUISIÇÃO DE IMPRESSORA DA EMPRESA DEVEDORA NA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – CONTRATO DE COMPRA E VENDA TRAZIDO PELO EMBARGANTE – PROVA ISOLADA E DISSONANTE DO CONJUNTO PROBATÓRIO – SENTENÇA REFORMADA – SUCUMBÊNCIA RECURSAL – ADEQUAÇÃO.

1. Considerando que os fatos trazidos em defesa são impeditivos do direito do autor, o embargado atraiu para si o ônus probatório, com fulcro no art. 373, inc. II do Código de Processo Civil.

2. Embora as regras de distribuição do ônus da prova sejam aplicadas no momento do julgamento, ou seja, ao final da demanda em situações que persistem fatos controvertidos, incumbe aqui esclarecer a distribuição atinente à lide em discussão, uma vez que a sentença analisou o mérito pautado no déficit probatório.

3. Da análise das provas anexadas aos autos, conclui-se que a impressora apreendida corresponde à delimitada na ação de busca e

apreensão, razão pela qual a sentença merece ser reformada e a ação julgada improcedente.

4. Pelo princípio da sucumbência, será responsável pelas custas e honorários, aquele que perder a causa, razão pela qual se adéqua e majora-se a sucumbência para atribuí-la integralmente sobre o Embargante, vencido na demanda. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação do art. 373, I, do CPC, trazendo os seguintes argumentos:

A questão posta em discussão diz respeito à afronta pelo TJPR ao disposto no art. 333/I/CPC/1973 (atual 373, I, do NCPC), pois a Recorrente provou, indene de dúvidas, a posse de boa-fé sobre o bem, inclusive impugnando o documento que o foi utilizado para reformar a sentença.

[...]

No caso dos autos entende a Recorrente que o TJPR deixou de valorar a prova documental produzida de forma correta.

Com efeito, o ponto controvertido da demanda orbita na posse de boa-fé do equipamento pela Recorrente.

Ora, a Recorrente PROVOU que adquiriu o equipamento de terceiro, estranho às partes da busca e apreensão, através de justo título e de forma onerosa, juntando, inclusive, comprovantes de parcelas pagas ao representante do vendedor[...].

No mais, a Recorrente impugnou o documento que o TJPR utilizou para reformar a sentença, alegando serem os mesmos inoficiosos e produzidos sem sua participação, demonstrando claramente que não reconhecia a validade do conteúdo do e-mail. Com isso, quem deveria ter desconstituído tal informação, tal como afirmado na sentença, era a Recorrida (fls. 380/381).

É o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia dos autos, o Tribunal de origem assim decidiu:

Cinge-se a controvérsia acerca da suposta fraude perpetrada pelo embargante quanto à impressora objeto de constrição na ação principal de busca e apreensão.

Alega o Recorrente que a impressora apreendida se equivale àquela mencionada na inicial da ação de busca e apreensão. Argumenta que o embargante incorreu em fraude, na tentativa de prejudicar a constrição judicial.

Assiste-lhe razão.

[...]

No que se refere à prova pericial elaborada, comprovou-se que o maquinário, objeto da presente ação, de fato foi adulterado.

Em conclusão, o técnico assim expôs:

[...]

Resta incontroverso, portanto, que a impressora apreendida, em divergência ao informado na inicial, foi fabricada pela empresa Flexo Tech, bem como que o modelo do referido equipamento se equivale àquele diligenciado na demanda de busca e apreensão.

[...]

Quanto aos documentos apresentados pelo embargado, além da nota fiscal e fotografias da impressora, anexou também cópia de um e-mail enviado à empresa Flexo Tech por uma funcionária da própria embargante, no qual ela confirma que a embargante adquiriu uma impressora da Poly Plásticos (empresa demandada na ação de busca e apreensão) e requisita o encaminhamento do seu manual de instruções.

Alega o recorrente em sua petição que o equipamento mencionado no teor do e-mail em análise se refere à impressora questionada.

Segue o teor do e-mail encaminhado no dia 12 (doze) de novembro de 2009 pela Sra. Juliana Pacheco (endereço eletrônico: juliana@lukplas.com.br) ao setor de vendas da fabricante Flexo Tech (endereço eletrônico: vendas@flexotech.com.br):

[...]

Assim sendo, embora impugnados, os documentos apresentados pelo embargado são plenamente válidos como meios de prova, uma vez que observou-se o devido contraditório.

Além do mais, em nenhum momento o embargante, em sua impugnação à documentação, arguiu a inveracidade do correio eletrônico supracitado ou informou que a impressora objeto de referência no e-mail é estranha ao feito, se contentando a argumentar que os documentos são *“inoficiosos e foram produzidos sem a participação da Embargante, não afastando, portanto, a sua boa-fé na aquisição do bem”*.

Assim sendo, conclui-se que o teor do e-mail, ora em análise, resta incontroverso e verídico, vez que o embargante sequer negou sua autoria ou apresentou fatos diversos que justificassem o conteúdo da mensagem eletrônica.

Nesta seara, pode-se notar que a funcionária da empresa embargante confirma que adquiriu máquina equivalente àquela apreendida na ação de busca e apreensão.

[...]

Somado a tais fatos, considerando que o documento e a informação trazida na peça processual não foram devidamente impugnados, é possível vislumbrar dos autos a devida individualização do maquinário, requisito pendente nos termos da sentença.

Resta plenamente demonstrado, portanto, que a impressora apreendida corresponde à delimitada da ação de busca e apreensão.

Muito embora tenha apresentado contrato de compra e venda e fundamentada a ação neste documento, as alegações trazidas pelo embargante, quando confrontadas com as demais provas colhidas durante a instrução, são frágeis e dissonantes.

Portanto, o contrato de compra e venda apresentado pelo embargante restou isolado perante todo o conjunto probatório.

[...]

Assim, a sentença merece ser reformada e a ação julgada improcedente, devendo a ação de busca e apreensão prosseguir normalmente com a consequente constrição da impressora, objeto de análise no feito (fls. 358/368).

Diante de tal contexto, rever a posição do acórdão nesse sentido demanda reexame de todo o conjunto fático-probatório colhido nos autos. Assim sendo, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”).

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

